

clima propício à eclosão, a 9 de julho de 1932, do movimento dito Constitucionalista, em que o rádio teve, pela primeira vez na vida política brasileira, papel de destaque. Além do comando que, incontestavelmente, exerceram naquele movimento o *Estado de São Paulo* e *A Gazeta*, surgiria, então, o *Correio de São Paulo*, órgão dos revoltosos, dirigido por Rubens do Amaral, cujas crônicas diárias eram lidas no rádio por César Ladeira. Os *Diários Associados* ficaram ao lado do movimento paulista e, derrotado este, surgiu sério perigo para a empresa, já de grande dimensões, montada por Assis Chateaubriand. No Rio, o Governo ocupou-os e o chefe de Polícia, João Alberto, utilizando as oficinas de *O Jornal*, lançou *A Nação*, dirigida por J. S. Maciel Filho e em que se iniciou no noticiário forense Evandro Lins e Silva. Para salvar o seu patrimônio jornalístico em Minas Gerais, com a ajuda de Virgílio de Melo Franco, Chateaubriand colocou na direção dos *Diários Associados* dali a Afonso Arinos de Melo Franco, passando Dario de Almeida Magalhães para os seus jornais cariocas. O acordo era simples: em troca da salvação, Chateaubriand permitia que os seus jornais mineiros servissem à política adotada por Virgílio de Melo Franco no Estado. Isso fez com que o governador Olegário Maciel, mobilizando os intelectuais do governo, organizasse *A Tribuna*. Em 1933, entretanto, Afonso Arinos escreveu editorial de crítica a Antônio Carlos e disso decorreu o fim do acordo. É ele quem conta o episódio: “Segundo instruções do Rio, o artigo foi lido pelo telefone, para a direção carioca (não pude apurar certamente quem o ouviu), e a ordem de censura foi dada. Meu artigo não sairia. A pretexto de não se melindrar Antônio Carlos, era minha hostilidade à situação que ficava proibida. Como poderia eu, daí por diante, dirigir o jornal, se a minha própria pena ficava policiada pela censura telefônica?”⁽³⁰⁹⁾ Note-se: não era censura da autoridade, mas do próprio jornal.

O movimento de 1932, apesar de militarmente vencido, conseguiu alcançar as suas finalidades aparentes: já em 1934, anistiados os seus elementos mais graduados, a Constituinte reunia-se e elaborava a nova carta política nacional e elegia Getúlio Vargas para a presidência da República, por via indireta assim. A turbulência política aumentava, entretanto, colocando agora em gritante evidência a chamada questão social: na medida em que direitos democráticos iam sendo conquistados, em que se ampliava a participação popular na atividade política, as velhas forças sentiam-se alarmantemente feridas e ameaçadas, e a burguesia, que alcançara uma parcela do poder político, pela qual vinha lutando de há muito, e que se

(309) Afonso Arinos de Melo Franco: *A Alma do Tempo*, Rio, 1961, pág. 326.